

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS
ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Quinta Sessão Ordinária
23 de Junho – 3 Julho de 2004
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/105(V)

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COMITÉ AD HOC
MINISTERIAL SOBRE A CONSIDERAÇÃO DA
MITIGAÇÃO DA ESCALA DE CONTRIBUIÇÕES
FORMULADA EM MAPUTO**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COMITÉ AD HOC MINISTERIAL SOBRE A
CONSIDERAÇÃO DA MITIGAÇÃO DA ESCALA DE CONTRIBUIÇÕES
FORMULADA EM MAPUTO**

1. A reunião do Comité Ministerial sobre a Escala de Contribuições foi realizada a 1 de Julho de 2004, sob a presidência de S. Excelência, Dr^a Nkosazana Dlamini Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul.

2. Essa reunião teve a participação dos seguintes membros do Comité:

Argélia, Guiné Equatorial, Gana, Quênia, Líbia, Maurícias, Namíbia, Nigéria e África do Sul.

3. Os membros do Comité a seguir indicados não estiveram presentes:

Chade e Malawi.

4. A Presidente deu as boas-vindas aos membros e recordou-lhes de que a reunião era um acompanhamento da decisão do Conselho, que instruiu o Comité no sentido de considerar o pedido de alguns Estados Membros de mitigação do valor das suas contribuições. Neste contexto, ela convidou o consultor a explorar o Comité o processo de mitigação.

5. O consultor explicou que o processo de mitigação, aplicado no contexto da metodologia das Nações Unidas, representava uma revisão final da escala das contribuições, depois de se chegar a acordo sobre os elementos e parâmetros da metodologia. As posições apresentadas por alguns Estados Membros foram analisadas e, com base no mérito, beneficiaram de um decréscimo das suas taxas. Os apelos basearam-se, em larga medida, em factores que não estavam directamente relacionados com as contribuições, tais como as catástrofes e os desastres naturais, as guerras, os conflitos e manifestações populares, etc., que afectaram negativamente a capacidade de pagamento dos Estados Membros. Todavia, a mitigação foi aplicada parcamente, isto é, apenas nos Estados Membros que mereciam de facto e sob condições de que houvesse outros países com vontade de absorver os pontos percentuais reduzidos. Dada a esta última dificuldade, os efeitos da mitigação na tabela final foram pequeníssimos.

6. A mitigação propriamente dita é um mecanismo puramente político, que reconhece a necessidade de se atenuar o impacto dos problemas que alguns países vivem. Por conseguinte, ela não tem uma base técnica, nem económica, uma vez que os elementos e os parâmetros da metodologia já foram determinados na altura dos cálculos da escala de contribuições. Consequentemente, qualquer tipo de ajuste a fazer neste momento, na escala de contribuições de Maputo, seria considerada como um mero exercício político.

7. o consultor indicou que as três opções que propôs para a consolidação, continham ajustes técnicos provisórios, que reflectiam os efeitos na escala adoptada. A escolha de uma dessas opções iria perturbar a escala adoptada e anular o consenso obtido em Maputo e, por isso, não ser um exercício plausível.

8. Reagindo a posição de alguns países em relação a mitigação face àquilo que entendam como aumento excessivo das suas taxas de contribuição, comparando com a tabela de 1995, o consultor disse que este tipo de comparação é impróprio. Na sua opinião, a tabela anterior teve como base os ajustes técnicos (com limitação) e os arbitrários, incluindo a distribuição de pontos percentuais por causa da entrada dos novos membros, que não se conformavam com o princípio da capacidade de pagamento. Isto é, precisamente o que a tabela de Maputo teve em conta, de maneira e reflectir o máximo possível o poder de pagamento dos Estados Membros.

9. No debate que se seguiu, houve o consenso de que se tinha feito um grande esforço para adoptar a escala de Maputo. Qualquer tentativa de se fazer um ajustamento neste momento, seria anular esse consenso e implicaria a reabertura de muitas discussões, a semelhança do que aconteceu para a adopção da escala anterior. Ao invés disso, o Comité deverá pensar em rever a actual escala mais cedo do que o período de três anos acordado, devido ao iminente orçamento novo que será muito mais elevado do que o actual. Este método assegurará a consistência e a mudança paulatina da tabela deste período para o próximo.

10. Ao concluir, o Comité formulou as seguintes recomendações:

- a) reafirmar os princípios e os elementos que estiveram na base da tabela de Maputo;
- b) antecipar a revisão da escala, com início no próximo ano, de maneira a ter em conta a adopção do novo orçamento da UA;
- c) utilizar os dados mais recentes e comparativos nos cálculos da próxima escala, de modo a estar mais em conformidade com os princípios da capacidade de pagamento;
- d) apelar aos Estados Membros para que, aqueles com maior capacidade de pagamento, contribuam relativamente mais e se disponham a fazê-lo nesta conformidade. De igual modo, os Estados Membros com menor capacidade predisponham-se a contribuir relativamente menos, mas que honrem as suas obrigações.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2004

Report of the meeting of the ad Hoc ministerial committee on consideration of mitigation on the Maputo scale

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4377>

Downloaded from African Union Common Repository